

Maternidades negras na cobertura jornalística digital e possibilidades de fuga das imagens de controle^[*]

Black motherhoods in digital journalistic coverage and possibilities of escaping of controlling images

Nealla Valentim Machado^[**]
nealla.machado@gmail.com

Tamires Ferreira Coêlho^[**]
tamiresfcoelho@gmail.com

RESUMO

O artigo se propõe a abordar as imagens que a mídia brasileira disponibiliza em relação às mães negras e à maternidade negra/preta. A partir do pressuposto de que a mídia constrói as “imagens de controle”, definição dada por Patricia Hill Collins (2019) para indicar uma representação específica de gênero para pessoas negras, identificamos padrões que a mídia estabelece para as maternidades negras apresentadas pelas notícias e, com uma proposta metodológica também baseada em Collins (2016), analisamos a fuga das imagens de controle por Bruna Silva, mãe de Marcos Vinicius, menino morto em 2018. As imagens de controle solidificam matrizes de dominação, mas também ressaltamos como essas imagens podem ser interrompidas através da autodefinição de mulheres negras e como isso pode reverberar na cobertura jornalística digital.

Palavras-chave: maternidades negras; imagens de controle; racismo; jornalismo digital.

ABSTRACT

The article aims to address the images that the Brazilian media makes available in relation to black mothers and black motherhood. Based on the assumption that the media constructs “controlling images”, a definition given by Patricia Hill Collins (2019) to indicate a specific gender representation for black people, we identify patterns that the media establishes for black maternities presented by the news and, with a methodological proposal also based on Collins (2016), we analyze the escape of controlling images by Bruna Silva, mother of Marcos Vinicius, a boy murdered in 2018. Controlling images solidify domination sources, but we also stress how these images can be interrupted through self-definition of black women and how this can reverberate in digital news coverage.

Keywords: black motherhoods; controlling images; racism; digital journalism.

^[*] Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, em 2020.

^[**] Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Rua Quarenta e Nove, 2367 - Boa Esperança, Cuiabá (MT).

Maternidade e jornalismo

O jornalismo, território de narrativas e disputas discursivas, se estabelece enquanto um lócus privilegiado para o entendimento das relações sociais. Dessa maneira, as narrativas midiáticas possuem relações com as mais diversas fases da vida e estão envoltas em conflitos e relações de poder, evidenciando decisões simbólicas e políticas. Então, não nos é surpreendente que o jornalismo interfira na constituição de padrões de maternidade.

Apesar de a maternidade ser tida como uma condição biológica inerente à maioria das mulheres^[1], compreendemos esse lugar como uma condição social. Embora a gestação, o parto e a amamentação sejam possibilidades restritas a um corpo lido como feminino – ainda que homens transgêneros também tenham essa possibilidade –, é no âmbito da cultura e de uma dada configuração histórica que classificamos e identificamos quem são os seres humanos que se configuram como “aptos” a serem chamados de mãe (Tomaz, 2015), assim como quais são as cobranças e as funções que a maternidade demanda.

A grande oferta de reportagens, notícias e outros produtos de informação voltados para a criação de filhos nos sinaliza que o jornalismo é um dos processos comunicacionais com espaço privilegiado para as definições históricas/sociais da maternidade, tanto na prescrição dos procedimentos necessários para o que é descrito enquanto “exercício adequado” da maternagem^[2], tanto para quem tem o direito de exercer essa maternidade de forma plena, segura e consciente, quanto para quem não possui esse direito.

Enquanto a maternidade é tradicionalmente permeada pela relação consanguínea entre mãe e filho, a maternagem é estabelecida no vínculo afetivo do cuidado e acolhimento ao filho por uma mãe. O modo como se dará esse cuidado, segundo a antropóloga Kitzinger (1978), dependerá dos valores socialmente relacionados ao que é ser mulher e ao significado de um filho em um determinado contexto cultural. (Gradwohl et al., 2014, p. 56).

O jornalismo não estabelece essas fronteiras somente com matérias específicas ao público materno, ou

que falam da saúde de crianças e de maneiras “corretas” de criação dos filhos. Muitas vezes, essas fronteiras podem se estabelecer em notícias que nada têm a ver diretamente com a maternidade ou com a criação de crianças, como por exemplo, as notas violentas das páginas policiais. Para além delas, Tomaz (2015) aponta que os programas de rádio e TV, blogs, redes sociais, sites e portais especializados, revistas, colunas em jornais e manuais são exemplos fartos de como essa percepção de quem pode ser considerada capacitada à maternidade/maternagem é estabelecida, além da constituição da própria maternidade. Compreendemos que essa maternagem tem definições específicas como cor/etnia, classe, território e sexualidade. Se “espera-se que a valoração e a vivência da maternidade e da maternagem variem historicamente e de acordo com a inserção das mulheres em culturas específicas” (Gradwohl et al., 2014, p. 56), entendemos que ela varia também dentro de cada época e de cada cultura conforme as distinções de valor entre mulheres.

Chama atenção como as práticas jornalísticas digitais contemporâneas continuam aderindo a uma tendência de articular mulheres a pobreza, vulnerabilidade e mazelas sociais, algo que acaba atravessando as narrativas sobre maternidade.

Ilustrar, figurar, retratar a pobreza através de uma face feminina compareceria como uma temática ainda muito – ou cada vez mais – explorada ao longo de uma cultura visual no jornalismo. Fotografias de imprensa e fotografias documentais, sobretudo, recorrem às mulheres como personagens adequadas aos diferentes tipos de ilustração das mazelas sociais. (Marques e Biondi, 2019, p. 88).

Torna-se necessário também destacar a participação das plataformas na produção e divulgação do jornalismo digital, e sobre como esses processos interferem nas relações de poder que se estabelecem através do processo jornalístico. Segundo D’Andréa (2020), os estudos na internet devem seguir perspectivas analíticas que enfatizem as dimensões tecnopolíticas das relações que se articulam entre as pessoas e as plataformas. De acordo com o autor, devemos atentar para os modos como, em

[1] A maternidade já foi considerada exclusividade de mulheres (a partir da cisgeneridade como característica universal), mas consideramos aqui tanto a impossibilidade de gravidez por parte de mulheres trans e quanto a possibilidade de ela ocorrer em homens transsexuais.

[2] Maternidade seria definida como inerente ao sujeito “mãe”, um laço de parentesco que uniria uma mãe a seus filhos. Já a maternagem é pensada na condição de cuidado da mãe.

meio a complexas relações de poder, os usuários e as materialidades (portais da internet, redes sociais, aplicativos, etc.) se constituem mutuamente. Essa perspectiva nos leva a pensar em como organizações ou indivíduos produtores de conteúdos jornalísticos oferecem informações e serviços jornalísticos por meio das plataformas online (Jurno e D'Andréa, 2020). É fundamental entender que esse processo jornalístico é cultural e que, portanto, pode manter/legitimar uma série de relações de poder desiguais e excludentes que circulam e são potencializadas pelas interfaces e suas configurações algorítmicas.

A análise cultural do jornalismo, para Zelizer (2009, p. 102), “vê os jornalistas não apenas como comunicadores de informação, mas como produtores de cultura, porque transmitem demonstrações de preferências sobre o que é bom e o que é ruim, moral ou imoral, apropriado ou inapropriado no mundo”. Nesse território atravessado por conflitos que é o jornalismo, utilizamos o conceito da intelectual estadunidense Patricia Hill Collins (2019) que diz respeito ao rótulo que é colocado em pessoas pretas ou racializadas: as “Imagens de Controle”. Segundo Collins e Winnie Bueno (2020), as imagens de controle são utilizadas pelos grupos dominantes para perpetuar os padrões de violência e poder que estão sendo historicamente constituídos para que permaneçam os mesmos, mantendo as estruturas sociais. Essas imagens são naturalizadas de tal forma que funcionam como definidoras de grupos sociais, mas não refletem ou retratam a realidade desses grupos e, por isso, são tão prejudiciais para a sociedade e para muitas das pessoas sub-representadas. Para as autoras, as imagens de controle são propagadas pela mídia, de modo geral, por uma razão específica, pois, segundo elas, é confortável para as estruturas dominantes utilizar justificativas para a dominação e justificativas que retirem a responsabilidade de responder pela violência e pela exploração econômica dos negros que leva ao *status quo* da branquitude.

Neste artigo apresentamos as imagens de controle referentes às maternidades negras construídas pelo jornalismo brasileiro através de estereótipos definidos por Collins (2019): da *Mammy*; da *Matriarca*; da Mãe Dependente do Estado (*Welfare Mother*); e da *Hoochie Mama*. Abordamos como essas imagens de controle são traduzidas na realidade social brasileira e o impacto que elas causam nas possibilidades de maternidade/maternagem de mulheres negras legitimadas pelas mídias. Analisamos, no entanto, as possibilidades de se instaurar o dissenso, de

como essas imagens podem ser desestabilizadas por uma mãe negra na cobertura jornalística, quando ela toma o protagonismo e se apropria da tragédia da perda do filho para denunciar o Estado, não deixando margem para que seja enquadrada por essas imagens desumanizadoras.

Tomamos como caso analisado o de Bruna Silva, mãe do adolescente Marcos Vinicius da Silva, de 14 anos, morto por policiais na comunidade da Maré (RJ) em 2018, e selecionamos cinco notícias/reportagens digitais de quatro veículos de audiência relevantes em âmbito nacional, El País, UOL, G1 e Época (três de 2018, ano do assassinato, uma de 2019 e uma de 2020), para a construção deste texto a partir da proposta metodológica de Collins (2016) de *outsiders within* e da condição de outsiders das pesquisadoras. Operacionalizamos a análise a partir de elementos discursivos do corpus selecionado, com destaque aos conceitos de “imagem de controle” e “autodefinição” (Collins, 2019), elevados à categoria de análise, bem como ao seu vínculo com a produção fotojornalística.

De acordo com Collins (2019), a imagem de controle da *Mammy* é fundamentada na trabalhadora doméstica negra. Como essa imagem de controle se fundamenta no período escravocrata, poderíamos fazer um paralelo com as “amas de leite” e babás do contexto brasileiro. Pois, essas mulheres, libertas ou não, são retratadas como obedientes à família branca à qual servem com amor e zelo³¹. Frequentemente, na mídia hegemônica digital, a *Mammy* é retratada enquanto uma mulher gorda e retinta, sem companheiros ou familiares, negando a sexualidade e a individualidade das trabalhadoras domésticas. As matérias focam em como elas servem/serviram à família, enquanto sua subjetividade é apagada no texto.

Já a *Matriarca* é retratada enquanto sendo o oposto da *Mammy*. O objetivo da imagem de controle da *Matriarca* é definir as maternidades negras enquanto incompetentes, por características supostamente inerentes às mulheres negras. A *Matriarca* é a mãe agressiva, que não presta o devido cuidado aos seus filhos, o que justificaria a manutenção das comunidades negras em situação de pobreza. A figura da *Matriarca* também tem por objetivo anular a feminilidade negra, retratando as mulheres pretas enquanto violentas, agressivas e castradoras. No Brasil, essa imagem pode ser relacionada especialmente às retratações de mulheres periféricas na mídia, que são vistas enquanto “barraqueiras” e violentas, ou que não têm condições de criar os filhos por negligenciarem “cui-

[3] Um exemplo de notícia que traz a imagem da Mammy está disponível em: <https://istoe.com.br/nivea-stelmann-lamenta-morte-de-baba-dos-filhos-parte-da-familia/>

dados básicos de saúde, higiene e alimentação”^[4].

A Mãe Dependente do Estado (*Welfare Mother*) é uma imagem de controle invocada quando mulheres negras conseguem ter acesso a políticas de bem-estar social. Collins concebe essas imagens de controle no contexto estadunidense, mas Bueno (2020) transporta a imagem da Mãe Dependente do Estado para o contexto brasileiro, a partir das políticas de redistribuição de renda formuladas nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), mais especificamente o Bolsa Família. Essa imagem de controle tem a pretensão de controlar a fertilidade de mulheres negras, pois seriam as famílias negras numerosas que prejudicam a economia^[5], e não as políticas neoliberais. É comum que essa representação descaracterize as pessoas em detrimento do retrato da pobreza. Costumam ser compostas por fotografias jornalísticas que focam na carência e na miséria, apagando as pessoas que compõem a história e que deveriam ser o foco da reportagem. A moldura da precariedade é extremamente violenta (Vieira et al., 2017).

A imagem da *Hoochie*^[6] *Mama* se aproxima muito da imagem de Jezebel^[7] e se preocupa em controlar a sexualidade de mulheres negras. O estereótipo de Jezebel foi, durante muitos anos, utilizado como justificativa para a exploração sexual de mulheres pretas. Jezebel é a mulher negra sexualmente insaciável, incontrolável, lasciva, lida até mesmo como uma predadora sexual. Esse estereótipo é utilizado para legitimar a desumanização das mulheres negras por conta da sexualidade. A *Hoochie Mama* destaca o fato de uma maioria de mulheres negras estar sendo retratada como mães solo que trocam favores sexuais motivadas pelas necessidades econômicas dos filhos. No Brasil, temos o estereótipo da “mulata”, que conversa com as

imagens de controle referentes à sexualidade das mulheres negras^[8]. É possível encontrar construções que combinem a imagem da *Hoochie Mama* e da *Welfare Mother*.

Para além das imagens de controle^[9], é importante refletir, ainda que inicialmente, sobre como as próprias mulheres negras reagem e combatem esses estereótipos definidos e repercutidos pelo jornalismo. Collins (2019) conclui que a única escapatória ao controle estabelecido pela branquitude é a autodefinição das mulheres negras, de não se deixar aprisionar aos estereótipos. Bueno (2020), considerando o histórico do processo de escravidão, considera que o livre exercício da maternidade/maternagem negra se apresenta também enquanto uma forma de resistência à série de violências coloniais sofridas.

Imagens de controle e a maternidade negra

Ao abordar imagens de controle, parte-se da interseccionalidade, conceito este popularizado por Kimberlé Crenshaw no contexto estadunidense para questionar desigualdades a partir dos marcadores sociais de raça e gênero. Vale ressaltar, no entanto, que o olhar para o racismo e o sexismo como “fenômeno duplo” por Lélia Gonzalez (1984), que já partia de provocações baseadas na premissa interseccional, ainda que não fosse nomeada como tal, desnaturalizando privilégios e injustiças sociais, assim como considerando uma multiplicidade de experiências. As experiências (e dificuldades) de ser mulher se entrelaçam às especificidades de estar situada em uma região periférica (Coelho, 2019), como veremos posteriormente,

[4] Esta alegação foi feita pelo Ministério Público de Santa Catarina, ao retirar a guarda das filhas de uma mãe porque ela “descende de escravos”. Ou seja, ainda que não se trate aqui de um exemplo naturalizado completamente pela mídia, é perceptível um discurso tão enraizado na sociedade racista em que vivemos que até mesmo os órgãos que deveriam assegurar os direitos dessas mulheres naturalizam essas violências. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/03/mae-perde-guarda-das-filhas-por-descender-de-escravos.html>

[5] Exemplo de imagem da mãe dependente do Estado disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-28/bolsa-familia-sob-bolsonaro-fecha-a-porta-a-novos-beneficiarios-enquanto-espero-na-fila-vou-pegando-fiado.html>

[6] Termo que remete à mulher promíscua.

[7] Referência à princesa fenícia, cujo comportamento foi considerado promíscuo pelo olhar europeu.

[8] Essa imagem de controle pode estar implícita ou explícita e conversa bastante com a representação de muitas “musas de escolas de samba”, como em <https://www.uol.com.br/carnaval/2018/noticias/redacao/2018/01/25/camila-silva-diz-que-e-rainha-da-vai-vai-por-merito-e-nao-por-dinheiro.htm> ou em representações hipersexualizadas em outros tipos de pautas como <https://extra.globo.com/famosos/ex-mulata-do-sargentelli-revela-namoro-secreto-com-roberto-carlos-nos-anos-80-rv1-1-22694872.html>

[9] As imagens de controle são também alimentadas pela literatura, como denuncia Conceição Evaristo quando diz que o “corpo da mulher se salva pela maternidade, a ausência de tal representação para a mulher negra, acaba por fixar a mulher negra no lugar de um mal não redimido. Quanto à mãe-preta, aquela que causa comiseração ao poeta, cuida dos filhos dos brancos em detrimento dos seus. Mata-se no discurso literário a sua prole, ou melhor, na ficção elas surgem como mulheres infecundas e por tanto perigosas” (2003, p. 2-3).

e a articulação de opressões produz efeitos violentos principalmente sobre a mulher negra (Gonzalez, 1984).

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

De acordo com Patricia Hill Collins (2019), as opressões interseccionais de raça, classe, gênero e sexualidade precisam de justificativas ideológicas muito poderosas para sua manutenção. Para ela, o objetivo dos estereótipos funciona como uma espécie de disfarce ou de mistificação de relações sociais, desta forma, esses mesmos estereótipos são traçados e atualizados para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social se façam presentes de forma quase “natural” no cotidiano social, praticamente inevitáveis e certamente normalizadas (2019, p. 136).

As imagens de controle são, na maioria das vezes, baseadas no conceito de Outro, do *status* de *outsider*; uma ideia de pensamento binário que categoriza pessoas segundo uma suposta “diferença” destacável que existiria entre elas. Collins (2019) nos mostra que, para cada par de termos como preto/branco, cultura/natureza, masculino/feminino, sujeito/objeto, a dimensão mensurável se dá a partir de seu oposto. Através desse tipo de mentalidade, as diferenças são definidas sempre em termos de completa oposição. Uma parte não é simplesmente diferente, e sim é considerada enquanto o extremo oposto ao seu “outro”. Desta forma, o “outro” possui o *status* de *outsider*; é também destituído do status de sujeito, se tornando um objeto passível de ser manipulado e controlado. E, para que essa retórica tenha impacto, é necessário que esse pensamento binário esteja fundamentado na sociedade. Uma das formas mais incisivas de alcançar esse impacto é através da mídia e, conseqüentemente, do jornalismo.

Desta maneira, as imagens de controle podem ser utilizadas para estabelecer esses parâmetros de *outsider* para sujeitos que, teoricamente, deveriam estar inse-

ridos nos ideais sociais estabelecidos. Collins (2019) argumenta que, ao analisarmos as imagens de controle utilizadas para definir mulheres negras, conseguimos visualizar também os contornos específicos da objetivação das mulheres negras, bem como as maneiras pelas quais as opressões de gênero, raça, classe e sexualidade (dentre outras) podem se interseccionar.

Em sua versão contemporânea, o mito do “matriarcado negro” foi amplamente difundido pelo relatório The Negro Family redigido por Moynihan em 1965, para quem o matriarcado que reina na família negra constitui um “nó de patologias” morais, sociais e políticas: “ciclo da pobreza” e da delinquência e, por causa da dependência com relação ao Estado social, ruína deste (Robinson, 2003). [...]

O mito do “matriarcado negro” funciona enfim como uma ideologia incapacitante, pois neutraliza, deformando-a, tudo o que se parece com uma afirmação das mulheres negras: uma vez que a autonomia e o poder são privilégio dos homens, apoderar-se desses atributos tipicamente “masculinos” implica necessariamente a efeminação dos homens negros e a virilização das mulheres negras. Em outras palavras, os estereótipos que pesam sobre as mulheres negras são estereótipos que põem em cena mudanças de gênero (mulheres que se tornam homens, homens que se tornam mulheres). Os estereótipos racializados de gênero obrigam as mulheres a desempenhar traços tipicamente masculinos (o poder econômico, a autoridade sobre os filhos, a independência, mas também a iniciativa sexual), enquanto os homens são efeminados (dependentes, passivos, inativos). (Dorlin, 2019, p. 81-82).

Elsa Dorlin (2019) aborda o mito do matriarcado negro, desconstruído ao longo das últimas décadas, de forma a evidenciar os atravessamentos entre gênero, raça, classe, sexualidade e a localizar mulheres e homens negros em uma estrutura na qual eles nunca se beneficiam: se a mulher negra não é vista com o estereótipo de delicadeza e “feminilidade” atribuído à mulher branca, tampouco ela chegaria a se beneficiar de uma “virilidade” ou de outras características masculinas. Sujeitos negros, e aqui ressaltamos sobretudo as mulheres, são enquadrados como “outro” dentro de nossa sociedade racista e pa-

triarcal, independentemente das características que possuem e das rupturas de papéis que possam causar.

De acordo com os dados do “Atlas da Violência^[10]”, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (Ipea), apesar da queda geral na taxa de homicídios, esse número não se reflete em números positivos para nossa juventude negra. Para pessoas negras, entre 2008 e 2018, as taxas de homicídio apresentaram um aumento de 11,5%; para os não negros houve uma diminuição de 12,9%. Em nosso país, a principal causa de mortalidade de jovens, grupo etário entre 15 e 29 anos, são os assassinatos.

Ainda de acordo com o Ipea, desde a década de 1980, o processo de extermínio da juventude tem se consolidado enquanto um grande problema. Então, apesar dessa aparente melhora dos dados de homicídios registrada no ano de 2018, os dados são insuficientes para que se possa afirmar uma reversão nesse quadro histórico de desigualdade. Temos ainda que esses jovens negros estão sendo sistematicamente assassinados pelo Estado: um levantamento no G1^[11], com dados dos 26 estados brasileiros, afirma que Brasil tem aumento de 7% em mortes decorrentes de ações da polícia. O levantamento mostra que o país teve 3.148 pessoas mortas por policiais no primeiro semestre de 2020, sem considerar dados do estado de Goiás, que não divulga essas informações. Dos 26 estados brasileiros, 12 não divulgam os dados de raça dessas vítimas. Quase 50% dos homicídios aconteceram em estados que divulgaram as mortes por raça, contabilizando mais de 75% de pessoas negras assassinadas.

Levando esses dados em conta, destacamos três elementos importantes para delinear o contexto complexo que envolve a análise a ser feita neste artigo. Primeiramente, que às mulheres negras é negado o direito à família em vários aspectos, mas destacamos aqui algo inerente aos dados: muitos jovens negros sequer sobrevivem para acompanhar o crescimento dos filhos, de forma que cabe à mulher negra criar os filhos, sem companheiro, com muita sobrecarga de responsabilidades. Por outro lado, as mulheres negras frequentemente perdem seus filhos, assassinados ainda muito jovens: que expectativas de vínculo entre mãe e filho existem diante deste cenário? Quanto tempo, em média, dura a experiência de maternidade e maternagem antes de uma quebra traumática deste vínculo diante da violência a que elas e seus filhos estão expostos? Por último, ressaltamos que o espaço das mulheres negras na

mídia jornalística brasileira é bastante restrito, quase nulo, e, quando existe, é designado quase que exclusivamente para as páginas de cobertura policial, o que por si só já indica tensionamentos e apagamentos sistemáticos de suas subjetividades, pois, lembremos: a cobertura policial com frequência se baseia em dados e versões de fontes oficiais, se restringindo às instituições policiais.

Se conhecemos (e não é preciso encarecer aqui) a centralidade da mídia na sociedade contemporânea, seu papel na construção das representações coletivas, sabemos também que esse(s) outro(s) não ocupa(m) aí um lugar de destaque: não estão presentes na primeira página dos jornais, nos telejornais, nas telenovelas - pelo menos não enquanto atores principais, heróis positivos, encarnando os bons valores que nos unificam e estabelecem nossa identidade. Eles são sim encontrados, mas em outros lugares - com frequência nas páginas policiais e em alguns programas televisivos de cunho popular/popularesco - ligados a crime, droga, violência. Aprendemos a naturalizar essa distinção de lugares. Mas se fizermos um esforço de estranhamento, constatamos que é no mínimo impressionante como tais associações - com crime, violência, ruptura - está colada à imagem do nosso “outro” social. Imagens que revelem outros aspectos do que eles são, de sua vivência, do seu lugar, não têm relevância social, nem midiática (França, 2001, p. 4).

De acordo com Fabiana Moraes (2018), o jornalismo, historicamente, tem como referência aquilo que vemos na dimensão do sensível: distorções, violências e sub-representações. E essas distorções e violências, muitas vezes, são baseadas na figura do “outro”, do que não é o sujeito: do negro, da preta, da “bicha”, da travesti. Questionamos como se pode pensar em maternidades/maternagens negras, quando essa maternidade é esmagada pelo peso do *status de outsider*.

Para compreendermos esse peso de ser o outro, desse *status de outsider* do subalterno (Spivak, 2010), de quem se compreende como mulher, como grupo marginalizado, devemos nos referendar em Moraes (2018) para pensar “uma prática jornalística dialética”, que pode ser

[10] Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em 01 de Out de 2020.

[11] Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/03/quase-metade-dos-estados-nao-divulga-raca-de-mortos-pela-policia-dados-disponiveis-revelam-que-34-deles-sao-negros.ghtml>. Acesso em 01 de Out de 2020.

tanto fomentadora daquilo o que pode ajudar na manutenção de um *status quo* ou, ao contrário, que tem poder de questionar esse lugar, de causar a fissura. Podemos perceber em nossa observação preliminar que o peso da manutenção do *status quo* é mantido pelo jornalismo quando se fala da retratação das maternidades negras. Não podemos deixar de mencionar o número ínfimo de pessoas pretas com renome no jornalismo tradicional, o que faz com que a autodefinição seja ainda uma busca distante nos meios de comunicação brasileiros.

Os processos tecnológicos articulados à digitalização do jornalismo e sua plataformação estão impregnados de disputas e da lógica capitalista/racista.

[...] os dilemas vividos no mundo do trabalho do jornalismo não provêm dele mesmo somente. As lógicas da circulação da informação e a valorização dela como aspecto de valorização do capital reverberam na área profissional do jornalismo. Essa repercussão incide para além da incorporação das tecnologias digitais, pois implica uma lógica produtiva e de relações de trabalho que têm como orientação atender às demandas do acesso prioritário à informação que aumenta o potencial de controle dos recursos e do poder para aqueles que já os detêm. A informação é a mercadoria mais relevante para o sistema do capital, ela pode ser um dado qualquer (uma commodity) da natureza (meio ambiente) ou do corpo humano. A informação com maior valor agregado é aquela já trabalhada, ou seja, minerada e posta para circular. Assim, a informação jornalística é uma mercadoria superior que atrai anunciantes, consumidores e investimentos. (Figaro e Marques, 2020, p. 106).

A regulação algorítmica das plataformas, às quais o jornalismo se vincula, incide sobre o que se torna pauta, o que dá acesso e o que se constitui como acontecimento, algo noticiável, interferindo no processo de gatekeeping (Van Dijck et al., 2018), passa por aspectos político-econômicos desiguais e injustos. A percepção de que critérios de noticiabilidade são construções sociais (e,

portanto, racistas, machistas) nada “objetivas” (Moraes e Silva, 2019), tem provocado tensões junto ao senso comum e a teorias em circulação. No entanto, diante de um cenário em que, conforme Lelo (2019) sintetiza, a) a convergência multimídia depende de enxugamento de redações e de sobrecarga de profissionais, b) a redução do tempo de produção em função do “tempo real” em jornais digitais acarreta aumento de jornadas de trabalho, e c) métricas de acesso privilegiam quantidade em função de interesses de mercado, questiona-se qual seria a probabilidade de haver uma abordagem minimamente respeitosa das maternidades negras. Quais seriam os mecanismos que impediriam a livre reprodução de imagens de controle por um jornalismo digital feito nesse contexto?

Ao mesmo tempo, a resistência a esses estereótipos desumanizadores e aos lugares cristalizados pode também ser, eventualmente, forte o suficiente para enfrentar a aceleração do tempo e da precarização de rotinas produtivas característica do processo de plataformação do jornalismo (das lógicas de produção jornalística às lógicas de funcionamento das plataformas). Alguns acontecimentos, como a morte de Marcos Vinicius da Silva, reverberam de modo a subverter a lógica que condiciona a narrativa jornalística digital à instantaneidade, à simultaneidade e a lucratividade, continuam a ser pautados anos depois^[12], ainda que a pressão e cobrança dos órgãos públicos não seja a mesma de casos que envolvam assassinatos de jovens brancos. A mãe de Marcos Vinicius, continuou sendo fonte e pautando veículos digitais posteriormente, com matérias em circulação nas redes sociais^[13], em contraste com sua ausência após a época do velório do filho em meios impressos e de rádio e TV.

Aprendendo com a outsider within: uma metodologia para analisar imagens de controle e a potência de fuga delas

Collins (2016) nos oferece uma alternativa, para que o *status de outsider* seja utilizado para uma abordagem mais multidisciplinar a essas imagens de “marginalidade”, como uma maneira de estimular o questionamento

[12] Como podemos ver em tweet e matéria de ElPais em dezembro de 2018, disponível em https://twitter.com/elpais_brasil/status/1078649301046358017, e do G1, no Facebook, em junho de 2020, disponível em <https://m.facebook.com/g1/posts/4110922225626498>.

[13] A exemplo da reportagem veiculada no site e impresso d'O Globo que também foi para o Facebook do veículo, disponível em: <https://www.facebook.com/jornalogloboposts/2156967464342921/>.

do status quo social a partir do que a prática jornalística tem nos mostrado. Ainda de acordo com a autora, o *status* de *outsiders within* faz com que distintos grupos marginalizados tragam pontos de vista enriquecedores para a análise do discurso contemporâneo. As mulheres negras, somadas a outros grupos que também entram nesse quadro, podem trazer para o centro da análise realidades relegadas por abordagens mais ortodoxas.

No caso da análise das imagens de controle, esse o *status* de *outsiders within* é ainda mais significativo, pois ele parte de uma autodefinição de estudiosas negras. Para além das questões da maternidade preta, trazer essa ideia da autodefinição por parte das mulheres negras envolve desafiar conscientemente o processo de validação do conhecimento político, que na mídia resultou, e ainda resulta, em imagens estereotipadas externamente definidas da condição das mulheres pretas, “faveladas” ou não, em nosso país. Por isso, Collins (2016) afirma que a autodefinição envolve, para mulheres negras e outros grupos marginalizados, desafiar conscientemente os processos de validação do conhecimento político, que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas das feminilidades negras, e essas imagens são repercutidas pela mídia/jornalismo até os dias atuais. Ainda de acordo com a autora, o ato das mulheres negras insistirem em autodefinições próprias valida o poder das mulheres negras enquanto sujeitos humanos.

Pessoas que se veem como plenamente humanas, como sujeitos, se tornam ativistas, não importa quão limitada seja a esfera de seu ativismo. Ao devolverem a subjetividade às mulheres negras, as feministas negras lhes devolvem também o ativismo. (Collins, 2016, p. 114).

A relação entre opressão, consciência e ação pode ser vista como enquanto uma relação dialética. Levando em conta do *status* de *outsider* das mulheres negras na academia sobre o pensamento que é produzido de fato, é impossível separar a estrutura e o conteúdo temático do pensamento de sujeito da pesquisadora. Aqui o *background* das pesquisadoras se torna fundamental, pois traz observações que poderiam passar despercebidas por olhos menos empáticos. Collins indica que,

através da diversidade, as respostas para as distorções que as imagens de controle provocam podem ser sentidas, e são efetuadas, no sentido de usar essa diversidade para redefinir imagens distorcidas – por exemplo, desmistificando os mitos da maternidade negra.

A resposta de pesquisadoras feministas negras tem sido de colocar as vozes das mulheres negras no centro da análise, para estudar pessoas, e ao fazê-lo, para reafirmar a subjetividade e a intencionalidade humanas. Elas destacam os perigos da omissão e da distorção que podem ocorrer se conceitos sociológicos forem estudados às custas da subjetividade humana. (Collins, 2016, p. 121).

Nesse sentido, uma variedade de indivíduos pode aprender com as experiências das mulheres negras e o *status* de *outsiders within*: os homens negros, as pessoas da classe trabalhadora, as mulheres brancas, outras pessoas racializadas, minorias religiosas e sexuais, e também a mídia. Principalmente os jornalistas, se levarmos em consideração que, segundo Moraes (2018), essa profissão surge como um lugar privilegiado para pensar nos limites e transbordamentos de questões de enorme proeminência política, como racismo, classismo, machismo, xenofobia, etc.

Consideramos a potência metodológica da proposição de Collins (2016) tanto para identificação dos enquadramentos desumanizadores e estereotipados quanto para observar possibilidades de fuga dessas imagens de controle. Se a desumanização parte da mídia hegemônica e do jornalismo, a resistência e a desestabilização dessas imagens são protagonizadas pelas mulheres negras, na recusa a serem enquadradas por esse olhar externo, seja como fontes do jornalismo que se posicionam crítica e assertivamente, seja como ativistas que reverberam matérias e reportagens, problematizando a impossibilidade de maternar em um Estado genocida^[14] e o extermínio de jovens negros pela polícia^[15]. A potência da autodefinição pode ser forte o suficiente para demarcar novas possibilidades de representação jornalística, como é o caso de Bruna Silva desde o início da cobertura do assassinato de seu filho Marcos Vinicius da Silva, de apenas 14 anos, morto por policiais no Rio de Janeiro em 2018, conhecida pela exposição constante da farda escolar de seu filho manchada de sangue.

[14] Como na notícia sobre o assassinato da designer Kathlen Romeu, grávida, após disparos em ação policial, que foi tema de postagens em perfis de Instagram como o da artista Luana Xavier, disponível em <https://www.instagram.com/p/CP4rwY9AS8W/>.

[15] A exemplo do post de Djamila Ribeiro que reverbera uma matéria da Folha de S. Paulo sobre o assassinato de 25 pessoas no Jacarezinho, disponível em <https://www.instagram.com/p/COktrAwD3bd/>.

De forma semelhante a Marques e Biondi (2019), olharemos para as imagens fotojornalísticas das matérias selecionadas a partir de possibilidades de “figuração fabuladora” de elaborações de formas de vida que mesclam “sofrimento, vínculos familiares e sociais, precariedade, ilegibilidade/invisibilidade diante de esferas mais amplas de apresentação de si e de expressão de suas experiências”, questionando “um quadro de sentidos biopolítico em que tudo parece estar dito; o ‘pobre’ facilmente identificado e o espectador prontamente adequado à sua posição de indignado diante de fatos fáceis de serem interpretados e julgados (Fassin; Memmi, 2004)” (Marques e Biondi, 2019, p. 96).

Nomear injustiças, subverter imagens de controle

Marcos Vinicius foi morto em uma operação policial na Maré. Estava com o uniforme escolar, mochila, a caminho da escola por volta de 9h da manhã, atrasado. No meio do caminho, com medo do tiroteio, decidi voltar para casa e levou um tiro pelas costas^[16]. Conforme matéria do *El País*, depois de muita demora no socorro por parte da ambulância, o adolescente foi levado a uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) por moradores, foi transferido para o Hospital Getúlio Vargas e operado, mas não resistiu. Antes de morrer, disse à mãe: “Mãe, eu sei quem atirou em mim, eu vi quem atirou em mim. Foi o blindado, mãe. Ele não me viu com a roupa de escola?”. Seu funeral foi custeado pelo Estado e o velório feito no Palácio da Cidade (residência oficial do prefeito do Rio de Janeiro), acompanhado por autoridades.

Bruna Silva, poderia ser encaixada em uma série de imagens de controle, já que ela é trabalhadora doméstica, mãe solo, moradora de favela e negra; entretanto, desde as últimas palavras de Marcos, passou a culpar explicitamente o Estado pelo assassinato de seu filho, tomando a narrativa para si e recusando, mesmo que inconscientemente, os estereótipos aos quais mulheres pretas são relegadas. A matéria de *El País* destaca falas como “A culpa é desse Estado doente que está matando as nossas crianças com roupa de escola. Estão segurando mochila e caderno, não é arma, não é faca. Não estão roubando e nem se prostituindo, estão estudando!” (dita durante o velório, ocasião em que

pôs a camisa manchada de sangue em cima do caixão em frente às autoridades^[17]) e “Ainda não estou de luto, ele vai chegar quando eu enterrar meu filho. Sua morte não vai ser mais uma, a gente vai lutar por justiça. Porque esse Estado tem que melhorar. Ele não pode matar inocente e criança” (dita no cemitério, durante o enterro).

A figura de Bruna, desde então, tornou-se emblemática em termos de representação materna, dando lugar à mãe que utiliza a dor pela morte do filho como causa de luta para toda a vida, publicamente, desde os ritos fúnebres. Não houve como qualquer reportagem ou cobertura jornalística desse acontecimento passar incólume a ela.

A camisa escolar manchada de sangue sai do âmbito privado e se torna bandeira pública de luta, reverberando fortemente também nas redes sociais, o que conferiu ainda mais visibilidade ao caso e se articula ao fato de que a plataforma pode oportunizar espaços de resistência e de ativismo, ainda que baseando-se em uma “economia de likes”, driblando obstáculos algorítmicos decorrentes de interesses de origem comercial, de escolhas de âmbito computacional e dos posicionamentos políticos das plataformas (D’ANDRÉA, 2020), já que são majoritariamente empresas privadas em um contexto capitalista. Concordamos com D’Andréa quando explica que “a predominância de interfaces voltadas para captura de dados de interesse comercial não impede que usos inesperados ou subversivos aconteçam” (2020, p. 10) e isso também afeta públicos e temas de interesse do jornalismo.

Impedida pelo Estado de exercer livremente sua maternidade e maternagem, a resistência e a autodefinição de Bruna começam pela luta diante da validação/legitimação das últimas palavras do filho como verdade, frequentemente questionadas pelo governo e pela polícia. Além disso, a icônica apropriação da camisa manchada de sangue torna-se algo impossível de ser negligenciado pelo fotojornalismo, de forma que ela consegue um protagonismo raramente conferido às mães de garotos negros assassinados.

O enquadramento *plongée* da **Figura 1** apresenta uma composição em que pessoas circundam o uniforme manchado de sangue, carregam flores, trazem semblante triste de choro. A imagem de *El País* chega a se assemelhar a uma procissão, em que pessoas se aglomeram em torno de uma imagem sacra, emocionadas. A **Figura 2** também remete a uma referência religiosa: Bruna se assemelha à *Pietà*, ícone cristão em que Maria carrega

[16] Conforme matéria disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/22/politica/1529618951_552574.html.

[17] Conforme matéria disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/corpo-do-adolescente-marcus-vinicius-da-silvae-velado-no-palacio-da-cidade.ghtml>

EL PAÍS BRASIL ASSINE FAÇA LOGIN

Mãe de jovem morto no Rio: “É um Estado doente que mata criança com roupa de escola”

Prefeitura abre sua sede para velar Marcos Vinicius, 14 anos, morto durante operação policial na Maré. Professores relembram garoto e estudantes denunciam assédio da polícia em protesto



Amigos e familiares de Marcos Vinicius choram sobre sua camiseta da escola manchada de sangue, nesta quinta-feira. MAURO PIMENTEL / AFP

UOL MEU NEGÓCIO ESTUDE ONLINE PAGSEGURO uol BUSCA

NOTÍCIAS CARROS ECONOMIA FOLHA ESPORTE SPLASH TV E FAMOSOS UNIVERSA VIVABEM TILT ECOA

COTIDIANO

Estudante foi morto na Maré mesmo após esperar "trégua" em tiroteio, diz advoga



- Mãe do estudante Marcos Vinicius da Silva mostra uniforme sujo de sangue



Figuras 1, 2 e 3. Imagens de Bruna em matérias publicadas por El País, UOL e G1, respectivamente.
Figures 1, 2 and 3. Images of Bruna in articles published by El País, UOL and G1, respectively.

Fonte: Reprodução dos sites El País, UOL e G1

o corpo de Jesus Cristo morto nos braços. Em lugar de um corpo, vemos uma mochila aberta, caindo do ombro da mãe e o fardamento escolar ensanguentado.

A exposição da camisa nas **figuras 1, 2 e 3** compõe uma imagem que se pretende inquestionável: quem terá coragem de culpabilizar uma mãe por ter deixado seu filho sair para a escola? Quem poderá condená-la por não o ter criado corretamente? A quebra de estereótipos e imagens de controle é evidente na representação fotográfica e nas afirmações contundentes como “Vou fazer desse pedaço de pano um instrumento de Justiça”^[18]. Dois anos depois, ela continuava sendo uma referência e o caso de seu filho não foi esquecido dentre tantos outros assassinatos de

crianças em tiroteios no Rio de Janeiro, ainda que não tenha conseguido até agora fazer com que a polícia assumisse a responsabilidade pela morte do adolescente.

Bruna, após a perda, deixou de ser trabalhadora doméstica e passou a se dedicar a causas de direitos humanos, tornou-se mobilizadora da “Redes da Maré”, organização não-governamental que atua na garantia de direitos na comunidade. Ela se reconhece, e se autodefine enquanto mulher preta (Collins, 2016), como alvo dos tiros das operações policiais, mas continua garantindo que não vai se calar. “Meu filho me deu voz e ninguém vai abafar” e fala que não abandonará a militância: “nem que eu me acabe de falar e gritar”^[19].

[18] Frase destacada em título de matéria do Globo.com disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/vou-fazer-desse-pedaco-de-pano-um-instrumento-de-justica-diz-durante-velorio-mae-de-jovem-morto-na-mare-22807464>

[19] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/06/20/1-ano-da-morte-na-mare-muitos-marcos-vinicius-morrem-a-cada-dia-diz-mae.htm>

As **figuras 4 e 5**, publicadas em anos posteriores, chamam atenção pelo foco no rosto de Bruna. Na **figura 4** temos uma composição com ilustrações ao fundo em que a sombra de uma criança está atrás dela, que expõe mais uma vez a camisa manchada, uma espécie de marca que a acompanha. Na **figura 5**, novamente, temos uma referência religiosa de matriz cristã como intertexto da

imagem, remetendo à imagem de Nossa Senhora das Dores, seja pelo semblante com olhar perdido, pela camisa vestida como manto e pela posição da mão. Destaca-se o protagonismo de Bruna nessas matérias publicadas meses depois do “acontecimento” que a elege como fonte jornalística. Ela não se perde na narrativa trágica, mas tem espaço privilegiado para o rosto, o semblante,



Figuras 4 e 5. Matérias publicadas em 2019 e 2020 com destaque para Bruna e a camisa ensanguentada.
Figures 4 and 5. Articles published in 2019 and 2020 with an emphasis on Bruna and the bloody shirt.

Fonte: Reprodução dos sites UOL e Época (hospedado n'O Globo)

como um convite a aproximar-se de sua história.

Diante de um jornalismo digital cujo imaginário de maternidade ainda é pautado por experiências brancas, com poder aquisitivo para ter um mínimo de conforto financeiro e garantia de direitos básicos (como o direito à vida), a ruptura vem pelo grito de revolta, pela denúncia da maternidade interrompida pelo Estado, o mesmo que deveria assegurar a essas mulheres e crianças proteção e segurança. A representação que naturaliza a sobrecarga de responsabilidade da criação dos filhos e sua “suposta habilidade inata para o exercício da maternagem” (Tomaz, 2015, p.160) desaba diante da mulher cuja possibilidade de matinar foi arrancada pelas instituições policiais. Se a identidade feminina praticamente equivale (jornalisticamente) à identidade materna, é apagada sistematicamente pela maternidade, uma vez que esses filhos são tirados das mulheres negras, deixariam elas de serem representadas como “mulheres” convencionalmente? Mulheres negras/pretas, já foram representadas convencionalmente na mídia como mães?

Os depoimentos dessa mãe à mídia falam de inconformidade e revolta com a polícia, de força com a militância, de buscar justiça para todos que foram vítimas do Estado: “Temos de gritar, mostrar para essa gente que não temos culpa. Costumo dizer que nossos filhos têm voz, nossos mortos têm voz. Acredito que somos nós, essas mães que tiveram seus filhos vitimados pelo Estado, que podemos fazer um Brasil melhor. É preciso mudar algo”^[20], disse Bruna já em 2020, conseguindo visibilidade mesmo em um ano em que os olhos do jornalismo, sobretudo na internet, se voltavam às reverberações e acontecimentos vinculados à pandemia de Covid-19. A militância se consolidou na necessidade de autodefesa (BUENO, 2020) depois de ver seu filho falecido virar alvo de *fake news*, quando se espalharam montagens dele acompanhado de um homem armado, acusando-o de tráfico, o que ela credita ao discurso do governador que estimula a matar: “É o governador que está com as mãos sujas de sangue de nossos filhos”.

Não se trata aqui de pensar apenas no que significa uma mãe relatar à mídia tradicional aquilo que significa ter a memória do filho transformada em mentiras, mas em questionar explicitamente as desigualdades que permeiam essas mensagens falsas. Sobretudo, destacamos quando ela questiona esse discurso de que “se fosse trabalhador estaria vivo”, ao comparar o adolescente de 14 anos que pode ser criança na Zona Sul com os filhos de favelados que têm de

trabalhar desde a infância. A exposição da perda do direito à maternidade é acompanhada do questionamento sobre quem tem direito à infância, passa pela reivindicação da voz dela, Bruna, e de seu filho. E ninguém pode refutá-la? A resistência dessa mãe passa pelo “sujeito-mulher-negra que se descreve” e tem consciência de sua “dupla condição” de mulher e negra (Evaristo, 2003; Collins, 2019; Bueno, 2020). Assim como no fazer literário de Conceição Evaristo, percebemos na autodenominação da mulher negra no jornalismo, na tomada de palavra, o que a escritora destaca: “Toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se toma o lugar da vida” (2003, p.7), redefinindo distorções, humanizando suas vivências e expondo com detalhes as opressões estruturais de que são vítimas, falando não só por sua história familiar e individual, mas por uma sociedade inteira marcada pelo genocídio de jovens negros – e de mães negras, cujas maternidades são também assassinadas.

Bruna faz do trauma um motor para o ativismo e a transformação social, humanizando e legitimando, no jornalismo digital cada vez mais desumano e precarizado, sua própria vivência, enquanto sujeita, e a voz de outras tantas mães negras, além de expor a ferida aberta pelo Estado que decide quem vive e quem morre (física e simbolicamente). Reconhecidos veículos de jornalismo não encontram espaço para questionar sua experiência e suas reivindicações como mãe.

O papel do jornalismo na perpetuação ou rompimento de estruturas de dominação se complexifica quando há a interferência de plataformas, onde se instauram debates e imagens como a de Bruna com o uniforme do filho falecido podem tanto ganhar força com reivindicações e compartilhamentos estratégicos por parte de figuras públicas, influenciadores e ativistas, quanto podem se destacar pela replicação em conteúdos pautados na desinformação – uma marca de plataformas de redes sociais na contemporaneidade. Não só as postagens dos veículos jornalísticos sobre o caso ganharam muita visibilidade, por meio de compartilhamentos, comentários e “likes”, estimulando que outras reportagens retomassem o caso posteriormente, mas também os enquadramentos fotográficos e seu potencial intertextual podem ser considerados “prato cheio” para circulação em redes sociais como Instagram.

Bruna, autodefinida, é uma fonte autorizada, uma voz significativa dois anos depois, algo que raramente acontece junto às mães de meninos negros assassinados.

[20] Disponível em: <https://epoca.globo.com/rio/tudo-em-minha-casa-lembra-meu-filho-conta-mae-de-estudante-morto-na-mare-em-2018-24195155>

O manto manchado de sangue sobre sua cabeça é um apelo por justiça e por direito à humanidade. Mas podemos questionar a que custo uma mulher com o perfil dela, a partir da dor da perda brutal de seu filho, consegue se autodefinir no jornalismo digital de referência para repensar transformações jornalísticas que mesclam antigos vícios e novas formas de precarização no contexto brasileiro.

Vale ressaltar que a performance identitária da mãe negra e periférica que perde o filho para a violência policial, diante dos critérios jornalísticos, tenta se distanciar constantemente do imaginário do jovem negro associado ao crime. Falas como “estava indo para a escola”, “Estão segurando mochila e caderno, não é arma, não é faca. Não estão roubando e nem se prostituindo, estão estudando” e “esse Estado tem que melhorar. Ele não pode matar inocente e criança” visibilizam valores acionados por Bruna para reivindicação de dignidade, do direito de existir e continuar vivendo, dialogando com um senso comum (e com discursos em intensa circulação nas redes sociais) de que a polícia atiraria apenas em quem supostamente está envolvido com crimes e infrações. Ainda que o Estado não tenha o direito de tirar a vida de infratores e criminosos, percebe-se que, jornalisticamente, os argumentos citados anteriormente nas falas de Bruna reforçam o lugar de vítima de Marcos Vinicius e uma narrativa trágica, de forte apelo imagético com a camisa escolar manchada de sangue.

Para ganhar visibilidade jornalística, as possibilidades de existência, de reivindicação de modos de maternagem que não sejam atravessados pelo risco iminente da morte e do luto, negociam identitariamente com os discursos midiáticos que ainda privilegiam a versão policial e do Estado na maioria das narrativas. Há que se afastar de estereótipos violentos que vinculam famílias negras ao crime, que aproximam mulheres negras da agressividade e da falta de cuidado com seus filhos (imagem de controle da Matriarca), que desvinculam crianças negras do ambiente escolar e da própria concepção de infância e adolescência.

Reivindicar o direito à vida e à maternagem, no caso de Bruna e de outras mães e famílias, é, antes de tudo, se basear em uma autodefinição em que é preciso se defender primeiramente da desumanização e do vínculo compulsório com o discurso que legitima o extermínio de pessoas negras e periféricas e que dá origem a desinformações que geram lucro a plataformas que interferem cada vez mais nas lógicas de visibilidade dos acontecimentos jornalísticos. Urge pensar na raça e no gênero de um jornalismo que, seja por si só, seja por meio das plataformas que o atravessam, escuta pouco e julga muito essas mulheres impedidas de matinar.

Referências

- BUENO, W. 2020. *Imagens de Controle: Um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins*. Porto Alegre, Ed Zouk.
- COLLINS, P. H. 2019. *Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento*. São Paulo, Boitempo.
- COLLINS, P. H. 2016. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v.31, n. 1, p. 99-127, janeiro/abril.
- COÊLHO, T. F. 2019. Interseccionalidade e experiências de pesquisa em comunicação e gênero com mulheres do sertão do Piauí. In: PEREIRA, F. S. M. et al. (Ed.). *Sujeitas sujeitadas: violências e insurgências das subjetividades femininas e LGBT+*. 1. ed. v. 2. Belo Horizonte, Initia Via, p.375-394.
- CRENSHAW, K. 2002. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas*, n.10, v.1, p.171-188.
- D'ANDRÉA, Carlos. 2020. *Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos*. Salvador: EDUFBA.
- DORLIN, E. 2019. Revolução do feminismo negro! *Revista Artemis*, v. 27, n. 1, p. 63-88.
- FIGARO, R.; SILVA, A. F. M. 2020. A comunicação como trabalho no capitalismo de plataforma: O caso das mudanças no jornalismo. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 101-115, abril/julho.
- FRANÇA, V. 2001. Convivência urbana, lugar de fala e construção do sujeito. *Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, v. 2, n. 7, p. 1-10, julho/dezembro.
- EVARISTO, C. 2003. Gênero e Etnia: uma escre(vivência) da dupla face. Disponível em: <<http://nossaescrivencia.blogspot.com.br/2012/08/genero-e-etnia-uma-escrevivencia-de.html>>. Acesso em: 28 set. 2020.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje – Anuário de Antropologia, Política e Sociologia*, São Paulo, Anpocs, 1984. p. 223-244.
- GRADVOHL, S. M. O. et al. 2014. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. *Pensando famílias*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 55-62, junho. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X201400010006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 1 out. 2020.
- JURNO, Amanda Chevtchouk; D'ANDRÉA, Carlos Frederico de Brito. 2020. Facebook e a plataforma do jornalismo: um olhar para os Instant Articles. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura*, v. 22, n. 1, p. 179-196.
- LELO, T. 2019. *Reestruturações produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas: precariedade, tecnologia e manifestações da identidade profissional*. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Estadual de Campinas.
- MARQUES, A. C. S.; BIONDI, A. 2019. O doméstico tem um gênero: figurações de mulheres empobrecidas no discurso visual do fotojornalismo. *Revista latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 16, n. 30.
- MORAES, F. 2018. Pode a subalterna a subalterna calar? Limites e transbordamentos entre repórter e entrevistadas. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. v.15, n. 1, p. 85-97, janeiro/junho.
- MORAES, F.; SILVA, M. V. 2019. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: Encontro Anual da Compós. *Anais...* Porto Alegre, junho.
- SPIVAK, G. C. 2010. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- TOMAZ, R. 2015. Feminismo, maternidade e mídia: relações historicamente estreitas em revisão. *Galáxia* (São Paulo, Online), n. 29, p. 155-166, junho. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542015120031>>. Acesso em 1 out. 2020.
- VAN DIJCK, J. et al. 2018. *The Platform Society: public values in a connective world*. Londres: Oxford Press.
- VIEIRA, F. et al. 2017. A vulnerabilidade e o rosto em imagens de sujeitos empobrecidos: notas para pensar outramente a relação entre estética e política. *Parágrafo: Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM*, v. 5, n. 1, p. 51-65.
- ZELIZER, B. 2004. When facts, truth, and reality are God-terms: on journalism's neasy place in cultural studies. *Communication and Critical/Cultural Studies*, Londres, v. 1, n. 1, p. 100-119, março.